



IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes:
Arte e Patrimônio como pertencimento"
dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

EM BUSCA DA ESTÉTICA DO ACESSO: TRAJETÓRIA DE UMA MUSICISTA CEGA

Isabela Martins Bonafé¹

Doutoranda no programa de Saúde, Reabilitação e Interdisciplinaridade na FCM da Universidade Estadual de Campinas.

Lucia Helena Reily²

Professora colaboradora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

RESUMO

Este trabalho tematiza o movimento de luta pelo direito a participar da vida cultural por meio de garantias de acesso estético. O estudo mobilizou uma seleção de segmentos do depoimento de uma musicista (Roberta Renata) com deficiência visual para evidenciar demandas, tensões e agência enfrentadas na sua vida profissional. Nesse artigo, o objetivo é ilustrarmos por meio da trajetória de Roberta como a relação da pessoa com deficiência com a formação educacional confirma a necessidade de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva durante a formação educacional e também para exercer a vida profissional de forma autônoma. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa que buscou ouvir a narrativa de uma musicista com deficiência que vivenciou em sua formação e em sua profissão, contextos nem sempre acessíveis e inclusivos. Os resultados evidenciaram a importância da mediação de familiares, e de uma rede de apoio da comunidade. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada áudio-gravada complementada por observações anotadas em caderno de campo. O relato da musicista evidencia a centralidade da instituição familiar como instância mediadora de acessibilidade e catalisadora de oportunidades estruturantes em sua trajetória e na consolidação de seus êxitos artísticos. Além de fornecer subsídios teórico-práticos para o direcionamento pedagógico de educadores musicais que atuam com discentes com deficiência, a investigação reitera e legitima o direito constitucional de pessoas com deficiência à plena participação na vida cultural, à formação educacional, tanto na condição de agentes produtoras quanto de fruidoras dos saberes e do fazeres artístico.

Palavras-chave: Educação Especial. Cegueira. Família. Acessibilidade. Inclusão.

¹ Isabela Bonafé cursa Doutorado no programa Saúde, Reabilitação e Interdisciplinaridade, na FCM - UNICAMP. Cursa Pós-graduação em LIBRAS Tradução/Interpretação e Docência na faculdade UNINTESE. Possui Mestrado em Saúde, Reabilitação e Interdisciplinaridade, na FCM - UNICAMP. Possui Licenciatura em Música na Faculdade Cantareira (FIC), São Paulo-SP. Tem experiência como intérprete de Libras em eventos artísticos, culturais e pedagógicos. [i136137@dac.unicamp.br] • [http://lattes.cnpq.br/1472421397795520].

² Lucia Reily graduou-se com Bacharel em Artes na Indiana University, revalidado na Puc-Campinas em Educação Artística. Fez o mestrado e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. É livre docente na área de linguagem pela FCM da Unicamp. Atualmente é professora colaboradora (aposentada) da Unicamp. Sua área de pesquisa está relacionada a Arte e Estudos da Deficiência. [lureily@unicamp.br] • [http://lattes.cnpq.br/2137953768970405].

Realização:



CEUNSP
Centro Universitário
N. Sra. do Patrocínio

opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16, 17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

INTRODUÇÃO

Historicamente, a inserção das práticas artísticas na educação de pessoas com deficiência, submetia-se a um paradigma médico-terapêutico, no qual a expressão estética era instrumentalizada prioritariamente como ferramenta de reabilitação. No cenário brasileiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro em 1854, exemplifica essa lógica: a música era um pilar central voltado à utilidade social e profissionalização, mas ainda sob uma perspectiva marcadamente assistencialista e de cunho reabilitacional (Januzzi, 2004; Lopes, 2014). Em 1857, na mesma localidade, foi construído o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Na educação de surdos, a instrução em desenho foi inicialmente mobilizada como proposta curricular tendo em vista a preparação profissional, antes de consolidar-se como afirmação cultural. Segundo Mazzotta (2005), esse viés clínico priorizava a normalização do sujeito e não a participação da vida cultural, quando a arte começa a ser reconhecida como constitutiva da identidade e resistência, superando seu papel ocupacional.

Em julho de 1994 ocorreu na Espanha, na cidade de Salamanca, a Conferência Mundial de Educação Especial. Delegados representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais participantes assinam a Declaração de Salamanca (1994), documento que apresenta Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, propondo a garantia de acesso à Educação das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, assim como a integração da Educação Especial no sistema de ensino nos países signatários. A Declaração, da qual o Brasil foi signatário, expõe também que “o planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

A Declaração de Salamanca foi um marco significativo no Brasil, porque impulsionou as políticas públicas da inclusão, mas o documento que abordou diretamente os direitos de pessoas com deficiência a participarem plenamente da cultura como produtoras de cultura e como público foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Essa política internacional, na qual o Brasil teve um importante papel de mediação, foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13 de dezembro de 2006. Essa Convenção é fundamental porque nela é consolidado o Modelo Social da Deficiência,

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

desenvolvido pelo sociólogo e ativista britânico Michael Oliver, em 1983. Desloca-se o foco da "patologia" ou "reabilitação" (paradigma médico) para a identificação de barreiras sociais e a garantia de autonomia, inclusive o direito à participação na vida cultural e artística.

O Brasil assinou a Convenção e o Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007. Ratificação: Ocorreu em 1º de agosto de 2008, após aprovação pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. O Decreto nº 6.949/2009 oficializou a vigência da Convenção e do seu Protocolo Facultativo em todo o território nacional. Essa decisão promoveu a visibilidade das pessoas com deficiência e suas potencialidades, com vistas a reconhecer os direitos das pessoas com deficiência à participação plena na vida cultural, e rompe com a perspectiva de “consertar o que está errado”.

É bastante recente a valorização das pessoas com deficiência em relação ao reconhecimento de seus direitos de participação em todas as esferas da vida, principalmente dos aspectos culturais e artísticos, que é o foco do presente trabalho. Considerando o uso tradicional da arte na educação especial como instrumento terapêutico, ou de ocupação do tempo, o movimento de inclusão de pessoas com deficiência em eventos culturais, igualmente nos papéis de produtoras de arte e de público, significa uma mudança de paradigma. Rever o papel da arte no viés da participação e da produção cultural implica em criar o que está sendo denominada de Estética do acesso. Trata-se de conceber a acessibilidade estética (por exemplo: Libras, audiodescrição, braille, rampa, legenda) não como mero detalhe técnico, resolvido de última hora mediante uma demanda emergencial, inserido de última hora numa obra pronta, mas planejada e presente desde a concepção do trabalho, como elemento central da própria arte (Lapponi, 2012).

Conforme os estudos de Dorneles (2016) e Lapponi (2017), a transição da arte-terapia para a estética do acesso marca o deslocamento do foco do corpo biológico para o corpo político, transformando a acessibilidade em um dispositivo de criação artística e não apenas em uma norma técnica. Um exemplo é o movimento recente no Brasil, denominado como o Mapeamento acessa mais, fundado em setembro de 2024, aproveitando o simbolismo do setembro verde (mês de luta pelos direitos das pessoas com deficiência). É uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), constituído por uma rede de profissionais que desafiam o capacitismo e reivindicam o protagonismo em

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

espaços de prestígio. Expõem-se assim que a "limitação" se constrói como uma nova linguagem estética, e confronta a norma visual e corporal, e de apreciação estética, estabelecidas até então.

Para ilustrar esse movimento de luta pelo direito a participar da vida cultural, o presente estudo mobilizou uma seleção de segmentos do depoimento de uma musicista com deficiência visual para evidenciar demandas, tensões e agência enfrentadas na sua vida profissional.

O método escolhido foi o estudo de trajetória, construído por meio de entrevistas e observações anotadas em caderno de campo. O caso aqui apresentado faz parte de uma pesquisa de mestrado aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Campinas. Buscou-se evidenciar os modos de enfrentamento de barreiras pela família e pela jovem no percurso de escolarização, iniciação musical e formação profissional, bem como na atuação profissional. Neste caso, temos uma história de sucesso, de superação de barreiras impostas pela sociedade, ainda que os desafios persistem.

DESENVOLVIMENTO

Roberta Renata nasceu em uma cidade do interior, ao sul do estado de São Paulo, mas ainda pequena mudou-se, junto com sua família, para uma cidade metropolitana, na grande São Paulo, onde se desenvolveu, se formou e atua profissionalmente até a atualidade. A perda da visão ocorreu muito cedo – com um ano e dois meses de idade – de forma bastante dolorosa para a família por meio do diagnóstico de retinoblastoma, em ambos os olhos. “Um tal de morrer ou não morrer”, como relatado. Situação traumática e complicada que não somente levou a visão, mas quase levou sua vida embora. “Eu fiquei viva por um milagre, realmente tenho muita crença nisso, minha fé é essa” (Bonafé, 2022). Roberta refletiu:

Mas ainda sobrou a questão de: “poxa, beleza, não vai morrer, mas ficou cega. E aí? que eu vou fazer com uma criança cega?”. Porque naquela época, eu nasci em oitenta e seis, lá antes de noventa ainda, oitenta e sete. [...] Então, naquela época não se falava de inclusão, não se falava de... era muito segregado, os deficientes não faziam parte da sociedade, né? Era muito... ou ficavam em casa, ou pediam esmola ou, sabe, coisas muito degradantes assim (Bonafé, 2022).

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a educação é concebida pela Constituição Federal de 1988, e é consagrada como um direito social fundamental e um dever do Estado e da família, conforme preconizam os artigos 6º e 205. Complementarmente, o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/1996) delimita

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

a prática educativa a partir de processos formativos que se coadunam e se desenvolvem, primordialmente, no cerne de três instâncias sociais essenciais: a família, a escola e a sociedade civil (Brasil, 1988; 1996).

A partir da Constituição Nacional de 1988, a Educação Especial se define como uma área com fins de garantir a inclusão social e os direitos das Pessoas com Deficiências, que são concebidas como sujeito de direitos pela mesma constituição, e é ilustrado por Aranha (2000, p.13) como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado”.

A maioria dos meus professores, aliás, eu acho que não teve um, desde que eu entrei nas salas comuns, nas salas de crianças sem deficiência, que não vire pra mim e falam: “olha, eu não sei te dar aula, eu nunca peguei um aluno como você, eu não faço...”. Então, assim, a gente já vê o despreparo, né? Da formação do professor, né? Que já vem com uma falta de preparo ali, pra atender uma criança diferente. A minha sorte realmente é que eu sempre fui muito faladeira. Então eu não tinha lá vergonha de chegar professora e falar: “Professor! Você está escrevendo? O que você está escrevendo? Na lousa?” (Bonafé, 2022).

Mazzota (1982) frisa que o atendimento à pessoa com deficiência, por um longo período, definia-se como “um consenso social pessimista” e que se fundamentava na ideia que a pessoa estava sujeita a uma condição de “invalidez”, “incapacidade”, “deficiente”, que seria imutável e isso levaria a sociedade a se comportar de maneira omissa, frente às organizações de serviços e resolução de necessidades individuais específicas – em função das singularidades – dessa população.

Ao nos aproximarmos da educação em suas diversas áreas de abrangência, quando relacionadas ao fator ensino-aprendizagem, percebemos que todas as áreas de saberes e conhecimentos, tocam a educação especial ao reconhecerem que as ciências são um direito, a todos os interessados, e que precisa estruturar-se de modo a possibilitar o acesso. A área de interesse da entrevistada foi a música, e segundo a sua trajetória, percebemos que a educação musical especial também caminhou no mesmo ritmo da educação especial regular, ainda sob estruturação.

Eu queria, bom... eu estava fazendo conservatório, aí eu estava fazendo aula de teoria, né? Percepção, essas coisas no conservatório também. E aí lá vem de novo, os meus professores tentando fazer eu aprender coisas visuais. Ah, o quê que é uma partitura? O que é um

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

pentagrama? O que é uma semínima? O que é uma armadura de clave, o que é a clave de sol. Ela vai de novo os meus professores inventar história para eu poder ver aquilo [...] Musicografia Braille? Sim. Eu leio, eu leio. Mas assim, quando eu não estava no conservatório, eu nem imaginava que existia musicografia braille. Eu não sabia [...] A musicografia braille é uma coisa muito... é nova. Então, é uma coisa pouco difundida entre os cegos. Muito pouca gente sabe a musicografia braille, e não tem quem ensine. É assim uma coisa tão antiquada para... a maioria dos cegos aprende as coisas de ouvido. Não tem contato com a leitura. Porque não tem quem ensine a musicografia braille. E essa sim é complicadinha. Né? Uma coisa dentro do braille que é chata. Então no conservatório eu não sabia que isso existia. Então pra mim era sempre de ouvido. Então como é que eu posso estudar piano lá criancinha? "Ah! Giovana vamos tocar marcha soldado? Então marcha soldado você vai tocar assim ó: sol, sol, mi dó, dó, mi, sol, sol, sol, sol, fa...". Então era assim, eu aprendi, eu decorava as notas. Eu não tenho nenhum ensinamento de:, "ah porque eu estou tocando o sol, o sol faz parte da escala de dó, essa música está em dó maior". Eu não sabia de nada disso. A professora dizia: "Vamos ah... Então oh, a música é assim: do, re, mi, fá, fá, fá. Tá? Você vai decorar assim". Era tudo uma coisa decoreba. Assim (Bonafé, 2022).

Dentre as diversas ramificações possíveis da Educação Musical existe a Educação Musical Especial que trabalha a pedagogia musical especificamente para pessoas com deficiência, com exclusividade, e a Educação Musical Inclusiva, distinta da primeira, tem como alvo pessoas com deficiência inseridas entre pessoas sem deficiência, num espaço inclusivo, e visa ao sucesso de todos os envolvidos na apreensão dos conhecimentos e habilidades oferecidos, bem como a convivência respeitosa que atenda a todos os alunos (Oliveira, 2020). Conforme exposto por Roberta anteriormente, na sua época ainda não havia discussões aprofundadas e de acesso sobre inclusão e protocolos de adaptação pedagógica como tem se desenvolvido atualmente. Por essa razão, muitas das oportunidades dependiam da disponibilidade do professor – ou dos amigos e familiares – de se renovar e trazer, ainda que de forma exploratória ou sob teste de acerto/erro, o conhecimento mais acessível possível, adequado à singularidade de Roberta.

E aí, quando eu entrei nesse conservatório, meu professor: "Mas poxa, você tinha que aprender a teoria, tinha que saber o que você está tocando, tinha que entender". Eu falei: "Ah, vou começar a frequentar as aulas". E aí começou: "Ah, Roberta, como é que vou te ensinar?!" Aquela mesma história que eu já estava acostumada. "Ah, eu não sei te dar aula. Aí não tem material. Ai como é que eu faço? ". E aí o meu o meu professor... sabe o livro Pozzoli? [...] Eu tive um professor que, ele comprou um monte de cartolina, e ele fez cada... gente ele fez o livro inteiro. Ele fez todos os exercícios do Pozzoli pra mim, numa cartolina com cola. Desenhava em alto-relevo com cola quente. Ele chegava em casa, ele desenhava as figuras na casa dele, deixava secar de um dia para o outro. No dia da aula ele levava para mim, falava: "Tó, lê". Era bem grandão, então eu conseguia passar a mão e ler. "Ó, está vendo? Essa é a mínima. Olha, aqui é branquinho ó está vendo? Por isso que a gente fala que é branquinho, porque é uma bolinha vazia, nada dentro. Olha semínima? A semínima é pintadinha. Então a cola está toda na bolinha". Então ele ia me mostrando, e aí eu fazia lá menina, que nem as outras pessoas. Eu achava o máximo. "Ah, hoje a gente vai fazer a série quatro. Roberta! Pega lá a sua série quatro!", Eu ia lá, pegava. "Agora vamos ler, vamos lá: um, dois, três, quatro, vai batendo a mão, com uma mão você lê a figura, com a outra você vai batendo a mão na carteira". [...] Inclusivo, na verdade, né? Porque pras

Realização:



CEUNSP
Centro Universitário
N. Sra. do Patrocínio

opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

outras pessoas era normal, eu fazia exatamente o que as outras pessoas estavam fazendo, porque o deficiente adora isso. A gente não gosta muito das pessoas fazerem uma coisa e você fazer outra, a gente se sente meio... Não tá legal, não fica feliz (Bonafé, 2022).

Para Mazzotta (1982, p.11), o desenvolvimento educacional depende da atenção dos educadores para com a parcela de alunos que não se beneficiam com os recursos educacionais comuns e dispostos para o coletivo, e que precisam de recursos especiais e adequadamente adaptados. Aranha (2000, p. 8) complementa a ideia considerando que o educando “não tem que ser incluído, se há inclusão escolar ele pertence naturalmente à escola”, pois a Educação Escolar constitui-se em um direito social (BRASIL, 1988). Observamos na fala de Roberta que, não somente ela expressa vontade de fazer parte, mas principalmente, não quer ser tratada como diferente; ela tinha vontade de viver no coletivo da sua turma.

É, a gente: “Ah, tá todo o mundo correndo, eu quero correr também. Ah, mas tá todo mundo fazendo o Pozzoli um? Eu quero fazer o Pozzoli um”. Você quer fazer o que todo mundo faz. Eu, pelo menos, sou uma deficiente que sou assim. Eu não gosto de “ah não, olha, é mais fácil esse, né?”. [...] Não! Não gosto não. Brincar de pega-pega, eu quero ser: “Ah não, mas não vale”. Não vale o caramba, vou correr sim. Se tiver que dar com a cara no muro e quebrar o nariz, não importa. Eu quero brincar. Então eu sempre fui muito assim, então pra mim era um máximo, assim, poder entrar na aula e fazer o que todo mundo estava fazendo. E aí foi assim meu estudo de teoria. Aí quando eu decidi entrar na faculdade, eu queria prestar música... porque ficou aquela coisa né? Tipo, acho que todo mundo fala: “Ai filha, mas você vai estudar música, você vai ganhar dinheiro como?” Né? (Bonafé, 2022).

Com base nas suas entrevistas com musicistas cegos, Oliveira e Reily (2014) apontam que o acesso às informações fidedignas do compositor na obra composta é imprescindível tanto para a performance, quanto para estudos de teoria avançada. Portanto, o conhecimento da musicografia braille, e o registro da obra musical da forma mais fiel possível não pode ser dispensado.

A musicografia, ela não é uma partitura, né? Ela é uma partitura pra braille, mas ela não segue os padrões. Então ela não tem pentagrama. Ela não tem figura. Ela não tem desenhos. Ela não tem nada. É um texto. É como se eu tivesse lendo música em formato de texto [...] Então só aí você começa a ver porque é chato, por que é difícil e porque poucas pessoas vão atrás de estudar isso. Porque realmente é mais fácil aprender de ouvido (Bonafé, 2022).

Mas a queixa sobre o difícil acesso, ou não ter um acervo em braille disponível, continua entre os estudantes de música com deficiência visual até a atualidade, uma vez que os custos para a produção de uma partitura em musicografia braille são altos, e a grade de partituras estudadas em um curso de música é extensa.

Realização:



CEUNSP
Centro Universitário
N. Sra. do Patrocínio

opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

Ok! Eu sei a musicografia, legal, e onde é que eu consigo partitura? Não tem. Não tem partitura braille. Não existe. E pra você mandar fazer a partitura, não é que nem a pessoa que ia lá e pagava dez centavos por página no Xerox, e tinha partitura na mão com um real. Eu tinha que pagar trezentos, quatrocentos, quinhentos reais para mandar fazer pra mim" (Bonafé, 2022).

Além disso, grande parte da bibliografia obrigatória dos cursos de música está publicada em língua estrangeira, havendo a necessidade de tradução para o português, e depois transcrição para o braille.

É, não tinha em braille, então dependia de alguém de casa, então era a minha vó. Minha vó lia, sei lá, português literatura, matemática, física, química, ela estudou tudo comigo a minha vida inteira. A minha avó, para você ter ideia do que ela fez, ela era de roça. Simples, muito pobre. Ela estudou até o terceiro ano só, né? A terceira série. Minha avó sabia ler e sabia escrever. Ela não era analfabeta. Mas o resto ela não teve chance, nunca teve oportunidade. E eu falo, tanto que a minha monografia da faculdade, do TCC, né? Eu dediquei a minha vó, porque ela estudou tudo comigo, ela estudou inglês!? Ela passou junto comigo. A prova que eu tirava dez, eu chegava e falava: "Vó, a gente tirou 10". Porque ela estudou comigo, o que eu sabia, ela sabia. Né? Minha vó lia espanhol. Quando entrei na faculdade foi um pouquinho mais complicado, porque os livros de música eram todos muito... em outra língua? (Bonafé, 2022).

Guerreiro et al. (2014) dizem que, tradicionalmente, as pessoas com deficiência eram espectadoras, mas agora "entram em cena, assumindo vez e voz". Na época de Roberta, o ingresso à universidade "ainda era tímido", mas atualmente observamos que no ensino superior, o ingresso de pessoas com deficiência está aumentando e questões relativas a esse público se tornam cada vez mais relevantes, portanto, mais intensamente debatidas em função da urgência da inclusão. Além disso, essa nova realidade demanda novas posturas nos diversos setores que compõe às instituições de ensino. A preocupação em garantir direitos e a permanência dos alunos é uma pauta que fundamenta os movimentos que buscam garantir o alcance e o sucesso acadêmico no nível superior de ensino.

Mas aí o que eu tinha que fazer, eu tinha que pegar alguém que enxergava... E aí de novo, meus amigos que salvavam minha vida. As pessoas que deixavam de almoçar, que deixavam de fazer as coisas delas, pra passar duas horas por dia comigo, pra me ditar nota por nota da nona *sinfonia* de Beethoven, da *coroação* de Mozart [...] E olha que eu só copiava a linha do soprano, que era só pra cantar no coro. [...] Eu fazia. Então ela (a amiga): "Vai Giovana, começa a armadura de clave, dois por quatro. Agora vai, primeiro compasso, abre compasso, primeira nota: dó-semínima. Segunda nota: dó nananã com ligadura". Imagina uma pessoa passar duas horas lendo assim uma partitura? Não, era sério, todos esses meus amigos vão tudo pro céu, assim... Corpo e alma, porque era chato, é chato! E aí eu fiz isso durante os quatro anos de faculdade. É claro que eu fui atrás de software, de tecnologia, pergunta se a faculdade estava interessada em comprar? Eu ouvi da universidade que eu era uma única aluna que eles não iam gastar dinheiro comigo. Daqui a pouco eles iam se livrar de mim. "Ai, daqui a quatro anos eu me livro de você, eu não vou gastar dinheiro com isso" [...] Pedagogicamente, eu acho que é o pior. Eu acho que a pior fase acadêmica da minha vida foi a faculdade. (...) E é, claro, uma ótima faculdade, mas

Realização:



CEUNSP
Centro Universitário
N. Sra. do Patrocínio

opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

pra mim, eu sentia como se todos os alunos tivessem cem por cento de chances. Né? Então você está aqui, você pode render até o seu cem por cento, se você se esforçar. E eu, mesmo que eu me esforçasse, sabe? Eu não tinha possibilidade de passar dos cinquenta por cento (Bonafé, 2022).

A experiência de Roberta denota a necessidade de uma formação integradora de todo o corpo da instituição, não somente para receber de maneira adequada o aluno com deficiência, e promover a permanência do mesmo até a sua formação, mas para efetivar a lei e os direitos sem a promoção de barreiras. Essa formação engloba os aspectos atitudinais, conceituais e processuais frente à diversidade. Roberta afirma que “a acessibilidade começa pela vontade”. Nakayama (2007) fala sobre a chamada “acessibilidade atitudinal”, que vem de encontro com o aspecto pertencente à formação integradora. Faz-se necessário implementar práticas de conscientização e sensibilização para garantir que haja acessibilidade. Não basta promover determinações nas hierarquias superiores, mas é preciso reestruturar a formação, a fim de que a quebra nas barreiras e paradigmas enraizados seja constante e irradiada nas relações sociais. Tendo em vista suas experiências com a instituição, nos mais diversos planos de serviço e estruturação, Roberta concluiu que: “Eu falo que a acessibilidade e a inclusão começam pela vontade e pelo amor [...] Se não tiver isso, nem adianta. Não vem com lei, não vem... não adianta” (Bonafé, 2022). E ilustra também que essa situação de barreira não aconteceu somente com ela, mas com um colega, já em anos mais recentes:

Eu tenho um amigo que desistiu de fazer o direito na Faculdade, ele começou a fazer o direito... Ele estuda comigo lá (atualmente), pra ser intérprete. Ele começou a fazer uma segunda faculdade... Terceira na verdade, ele já é formado em história. Aí ele queria fazer direito, a Faculdade colocou tantos empecilhos, mas tantos empecilhos, que no meio do terceiro ano ele desistiu. Ele falou: “Não, não aguento mais. Não estou aqui pra ser cobaia de ninguém, eu cansei, eu tenho trinta e poucos anos, eu não quero ser cobaia. Eu cansei” [...] “Eu não quero que fiquem testando pedagogias, formatos, material. Eu quero só me formar, se não é possível... não é possível! Vou procurar outro lugar, depois eu termino minha faculdade em outro lugar. Aqui eu não quero mais”. Então, é... Olha que foda cara, o cara quer ser melhor, quer estudar, quer e não dá. Só não dá. Pela falta de material? Ele não se importava que faltasse material, ele ia atrás. O problema dele é o que eu te falei, é a falta de vontade das pessoas. É a pessoa criar empecilho, o tempo todo. Quando você resolve um, a pessoa vem com mais três. Então não... Chega uma hora que você fala: “Cara, não sou pago pra isso. Chega, tchau”. Entendeu? É mais ou menos isso (Bonafé, 2022).

Observamos o quanto o papel das famílias expandidas, como colegas do mundo da música musical e/ou comunidade da igreja, arredores da família nuclear, incentivaram e apoiaram a musicista na sua formação musical. As lacunas institucionais frequentemente impelem que o núcleo familiar ou a rede de apoio, venha a assumir uma função supletiva e mediadora, para garantir a permanência do aluno até a sua formação. Embora a efetividade da

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

educação inclusiva dependa de quadros docentes especializados, é observável pela história de Roberta – o testemunho sobre seu colega – que as instituições ainda faltam em autonomia para, sozinhas, serem uma ponte firme estruturada entre a pessoa com deficiência e o conhecimento oferecido. Nessa mesma linha analítica, Vilaronga e Caiado (2012) argumentam que as famílias frequentemente recorrem a redes externas de apoio para compensar o despreparo da escola regular.

E assim como professores super legais, super bacanas e tal, eu tive essas merdas de pessoas que estavam mais preocupadas com seus rabos, com seus egos, que com seu aluno. Né? E então era isso, eu tinha que lidar contra um sistema muito retrógrado ali na faculdade. Uma falta de vontade. Lembra aquilo que eu te falei no começo? Que a força de vontade, a vontade e o amor das pessoas superam qualquer barreira, estrutural ou de comunicação. Agora, a falta da vontade é o que torna todas as barreiras muito maiores. Aí não tem jeito. Aí é intransponível. Se você se depara com uma pessoa que não está nem aí, que considera sua deficiência realmente um estorvo, que você ali pra ela é um um peso, é um fardo, aí não tem jeito. Não tem, não tem o que você diga pra essa pessoa que a sensibilize, não tem o que você faça que vai tornar a convivência melhor. Não importa o quanto você se esforce. Eu falo que a acessibilidade e a inclusão ela começa pela vontade e pelo amor. Se não tiver isso nem adianta. Não vem com lei, não vem... não adianta. Não adianta. Eu tinha lei do meu lado, eu coloquei no Ministério Público, eu denunciei a faculdade pro Ministério Público. Eu fui pra cima, eu fui atrás dos meus direitos. [...] é você lutar sozinha contra um sistema muito enraizado, muito... É, mas assim, eu tive esses problemas mas não me arrependo, eu tenho muito orgulho de ter estudado na faculdade, fiz bons amigos (Bonafé, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Roberta ilustra como a relação da pessoa com deficiência com a formação educacional confirma a necessidade da educação especial – quer seja regular, quer seja musical – consistente e autônoma nas instituições. Ilustra também como as pontes ainda são consistentemente formadas por familiares e por uma rede de apoio humana e pessoal, também o quanto a efetivação das leis se mostra urgente, para que os direitos sejam cumpridos, e essas “pontes” assumam um caráter institucional.

Ainda que a musicista possua um perfil proativo e resiliente, evidente em sua trajetória, as características individuais de personalidade, por si só, mostram-se insuficientes para garantir o êxito profissional ou impulsionar o avanço sociopolítico desse grupo. As políticas públicas, concebidas como constructos históricos e socioculturais, emergem das tensões dialéticas e da agência política coletiva, exercida por pessoas com deficiência e seus respectivos núcleos familiares e expansões. Quando efetivadas por meio de ambientes inclusivos, essas diretrizes promovem uma reconfiguração nos conjuntos de valores da sociedade, viabilizando a transição

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu - SP - 2026

de paradigmas e condutas sociais. Sob esse ponto de vista, a inclusão supera a dimensão da mera conformidade legal ou do acolhimento formal do discente; ela exige, fundamentalmente, a oferta da infraestrutura técnica adequada, o aporte de tecnologias assistivas e a mobilização de profissionais especializados, condições para assegurar a plena participação e o senso de pertencimento do sujeito no ecossistema educacional, seja da educação de base, quanto no ensino superior.

A história de Roberta mostra a capacidade de a musicista superar barreiras sociais e institucionais até conseguir alcançar seus objetivos. Atualmente, é uma profissional de sucesso e referência no mundo musical, como professora, compositora, cantora, escritora e apresentadora de televisão.

Você tem cegos no mercado de trabalho, dentro das empresas. A lei de cotas ajudou muito. Pessoas que não saíam das suas casas, que não tinham possibilidades, começaram a sair de casa. Porque as famílias começaram a entender que ele podia trabalhar, podia contribuir com as finanças da casa, com a economia da casa. Os funcionários dentro das empresas, passaram, querendo ou não, a ter que conviver com a diversidade (Bonafé, 2022).

Para o artista com deficiência, a conquista, a ocupação e a permanência em espaços de relevância social superam a dimensão do êxito individual; configuram-se, fundamentalmente, como a representação de um capital simbólico, capaz de ressignificar estigmas historicamente enraizados e carregar, ainda que inconscientemente, uma figura de representação e militância em favor das pessoas com deficiência. Esse propósito é sustentado por uma trajetória progressiva e marcada pela persistência, amparada pelos capitais social e comunitário que circundam a musicista, e tem circundado outros artistas. As redes de apoio ainda têm exercido um protagonismo substancial nos percursos de indivíduos com deficiência. Ao convergirem para o sucesso profissional, tais trajetórias culminam na consolidação de uma representatividade militante, seja de forma deliberada ou latente, que confere visibilidade às potencialidades dessas pessoas, e projetam como aspiração aos potenciais de outros (Bourdieu; Darbel, 2003).

Como uma abordagem emancipatória da experiência vivida, ao mesmo tempo que afirmam a deficiência como um aspecto fundamental da individualidade, artistas com deficiência hasteiam suas bandeiras nos espaços de performance e trabalho e, dessa maneira, resistem ativamente às exclusões e preconceitos sociais enquanto seus corpos desafiam a projeção social a respeito dos "corpos adequados". Firmaram-se assim, para que os artistas não

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:





sejam excluídos da autorrepresentação, mas solidifiquem-se de maneira que à sua suficiência, compreendendo toda a singularidade do indivíduo, seja em verdade suficiente tanto para si mesmos, quanto para os outros (Kuppers, 2004).

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: E. J. Manzini (Org.) *Educação Especial: Temas Atuais*. Unesp. Marília-Publicações, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Lei n. 7 853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em 20 de nov de 2016.

BONAFÉ, I. M. *Cegueira e surdez na atuação musical: trajetórias de vida de duas musicistas com deficiência*. [Dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2023.

BONAFÉ, I. M. Entrevista online concedida a Isabela Bonafé por Roberta Renata. Jaguariúna, SP, dez. 2022. Acervo particular.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Zouk, 2003.

DORNELES, P. S.; CABRAL, I. M. CARVALHO, C. R. A. Acessibilidade Cultural - da Formação à Política Cultural. *Revista UFG*, Goiânia. 2021, v.21: e21.70423.

DORNELES, P. S. (org.). *Arte e acesso: poéticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GUERREIRO, E.M.R.; ALMEIDA, M.A.; FILHO, J.H.S. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. In: *Avaliação*, 1(19), 31-60, 2014.

JANUZZI, G. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

LAPPONI, E. *Corpo Intruso: uma investigação sobre o corpo com deficiência na performance*. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2017.

LAPPONI, Estela. Estética do Acesso. *Revista Destaque Arte*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2017.



IGREJA DO CARMO, em Itu.
Pinturas internas do Frei
Jesuino do Monte Carmelo,
um artista negro do século XVIII

"De alpendres, talhas e gentes: Arte e Patrimônio como pertencimento"

dias 16,17 e 18 de Julho

V CONOPAE • Congresso da Organização Paulista de Arte Educação

V CONGRESSO DA
OPAE
Itu • SP • 2026

LOPES, S. M.de B. *A música na história do Instituto Benjamin Constant: 1854 a 1945*. Rio de Janeiro: IBC, 2014.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005

MAZZOTTA, M. J. S. *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira, 1982.

MORALES, D. S.; BELLOCHIO, C. R. A educação musical especial em produções dos Encontros Nacionais da ABEM. In: *Congresso nacional da associação brasileira de educação musical*, 18, e Simpósio paranaense de educação musical, 15, 2009, Londrina. Anais. Londrina: ABEM, 2009. p. 114-126.

NAKAYAMA, A. M.. *Educação Inclusiva: princípios e representação*. In: USP, faculdade de educação, (tese), 2007.

OLIVEIRA, G. do C. *Relações entre a Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças autistas*. 2020. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, L. A.; REILY, L. H. Relatos de músicos cegos: subsídios para o ensino de música para alunos com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 3, p. 405–420, set. 2014.

KUPPERS, P. *Disability and Contemporary Performance: Bodies on Edge*. London: Routledge, 2004.

Realização:



opae.com.br/

Apoio:



Filiado a:

